

## Condições energéticas ímpares

CASTRO, Nivalde de. "Condições energéticas ímpares". *Brasil Econômico*. São Paulo, 23 de maio de 2011.

O cenário energético mundial está sofrendo transformações e profundos impactos em função de dois fatores. O primeiro é a crise financeira internacional, iniciada em 2008, que está afetando principalmente os países desenvolvidos. Como resultante as taxas de crescimento da demanda de energia elétrica reduziram e, por outro, estão impondo sérias restrições de origem financeira para a adoção de políticas de meio ambiente. Restrições estão reduzindo a possibilidade de aumento da participação das energias renováveis nas matrizes elétricas objetivando a diminuição da emissão de gases de efeito estufa.

O segundo fator que impacta o cenário energético mundial deriva diretamente da crise nuclear do Japão. O acidente nuclear de Fukushima, ainda imprevisível em seus danos totais, mas com custos de reparação imensos, irá retardar e limitar por vários anos a retomada dos investimentos em centrais nucleares. Um resultado certo e seguro da crise será o aumento dos custos da energia nuclear em função da adoção de novos e rígidos critérios de segurança. A crise nuclear japonesa irá prejudicar, de forma expressiva, as políticas de descarbonização das matrizes elétricas, pois as centrais nucleares eram a alternativa estratégica e mais importante dos países desenvolvidos e grandes emergentes.

Este cenário energético de indefinições, de elevação dos custos e de perda de densidade das políticas ambientais, não afeta diretamente o Brasil, muito pelo contrário. O Brasil tem condições energéticas ímpares em relação ao resto do mundo. Esta afirmativa, que poderia soar como ufanismo patriótico, está assentada em dados concretos: o Brasil dispõe de um potencial de fontes renováveis, e mesmo não renováveis (Pré-sal), situado entre os maiores do mundo. O setor elétrico brasileiro é recordista mundial em geração de energia elétrica de base hídrica, só perdendo para a Noruega e Paraguai. Cerca de 90% de toda a energia elétrica consumida no Brasil a cada dia do ano vem de nossos rios, de nossas usinas hidroelétricas.

O potencial brasileiro de fontes renováveis tem como seu principal lastro e prioridade da política energética a hidroeletricidade. Esta decisão está determinando o avanço da "fronteira elétrica" para a região amazônica onde se concentra cerca de 70% do potencial total. Este avanço foi iniciado com a construção das usinas de Santo Antonio, Jirau e Belo Monte que juntas irão oferecer mais de 17 GW de capacidade instalada. A priorização da hidroeletricidade ocorre sob a égide de uma legislação ambiental das mais criteriosas do mundo e busca explorar a fonte energética que oferece os menores custos do mundo. Em suma, o Brasil ao construir suas hidroelétricas está garantindo para toda a sociedade acesso ao menor custo de energia elétrica do mundo.

As outras duas fontes renováveis são a energia eólica e bioeletricidade da cana de açúcar. Recentemente foi concluído estudo sobre o potencial eólico, incorporando os avanços tecnológicos desta indústria emergente, estimando em cerca de 300 GW de potencial, frente a uma capacidade instalada total de 130 GW. A bioeletricidade tem uma grande vantagem por ser derivada e associada diretamente ao aumento da produção de açúcar e etanol. Estimativas da Unica indicam cerca de 20 GW até 2020. Outra vantagem comparativa do Brasil é que estas duas fontes renováveis são complementares ao ciclo produtivo da hidroeletricidade determinado pelo período anual úmido (das chuvas) e seco.

Desta forma, pode-se concluir que o Brasil para as próximas décadas não terá problemas de segurança energética e de restrições à ampliação da oferta de energia

limpa, renovável e a custos relativamente baixos. Estas possibilidades reais garantem as bases para a ampliação da competitividade econômica e ambiental do Brasil em relação ao resto do mundo.